

TERMO DE REFERÊNCIA**Processo Administrativo nº 0711002/2025/SUPRI****1. DESCRIÇÃO DO OBJETO**

AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA APICULTURA

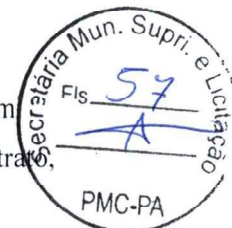
2. SETOR DEMANDANTESECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DE
CASTANHAL**3. DA LISTA DE ITENS:**

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA					
ITEM	DESCRIÇÃO	APRES.	QTD	MENOR PREÇO	TOTAL
1	Conjunto apicultor profissional amarelo macacão proteção colmeia segurança véu tecido respirável manga elástico	UNID	45	R\$ 645,00	R\$ 29.025,00
2	Fumigador aço inox para apicultura	UNID	45	R\$ 740,00	R\$ 33.300,00
VALOR TOTAL					R\$ 62.325,00

4. DEVERES DA CONTRATADA

- 4.1. Executar a entrega do objeto em conformidade com o detalhamento expresso neste Termo de Referência, observando rigorosamente as normas constantes neste instrumento;
- 4.2. Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo;
- 4.3. Responsabilizar-se por todas as despesas, diretas e indiretas, e demais encargos de qualquer natureza, inclusive com pessoal de sua contratação, necessário à execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista;
- 4.4. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais, causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à CONTRATANTE ou a terceiros na execução do objeto;
- 4.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções em relação às especificações deste Termo;
- 4.6. Comunicar à Secretaria Municipal De Agricultura E Desenvolvimento Agrario De Castanhal/PA, por intermédio da Secretaria Municipal de Suprimento e Licitação, irregularidades ou defeitos apresentados no decorrer da entrega do objeto, para prevenção de defeitos futuros;
- 4.7. As notas fiscais deverão conter o número do Processo Licitatório, Ordem de Serviço e Empenho;
- 4.8. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.9. Oferecer garantia e condições do serviço, de acordo com as especificações e normas técnicas referentes à natureza do objeto;
- 4.10. Emitir Nota(s) Fiscal(is) da(s) entrega(s) efetivamente realizada(s), apresentando-a(s) à CONTRATANTE, discriminando na referida nota o local do fornecimento, o número do processo





licitatório, da Nota de Empenho e o objeto;

- 4.11. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, facultada a supressão além deste limite, mediante acordo celebrado entre as partes;
- 4.12. Responder, diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais;
- 4.13. Reconhecer que a ação de fiscalização da CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;
- 4.14. Fornecer os itens dentro dos critérios de qualidade, zelo e ética, com assiduidade e pontualidade, garantia e qualidade, obedecendo rigorosamente aos itinerários estabelecidos pela CONTRATANTE.

5. DEVERES DA CONTRATANTE

- 5.1. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações;
- 5.2. Rejeitar os produtos que não atendam às especificações deste Termo de Referência;
- 5.3. Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) da CONTRATADA, observando as condições estabelecidas neste Termo;
- 5.4. Notificar a empresa, por escrito, acerca de falhas ou irregularidades detectadas no produto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 5.5. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da CONTRATADA;
- 5.6. Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias, contado a partir da data final do período de adimplemento da obrigação, na proporção dos produtos efetivamente fornecidos e devidamente atestados pelo setor competente;
- 5.7. Tomar todas as providências necessárias ao cumprimento do objeto deste Termo;
- 5.8. Não efetuar qualquer pagamento à CONTRATADA, caso esta tenha sido regularmente multada, até a quitação, anulação ou revogação da referida sanção administrativa.

6. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

Habilitação jurídica:

- a. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou
- b. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato

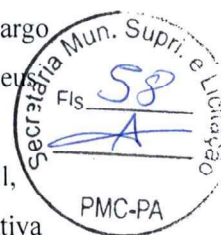
constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; ou

- d. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020; ou
- e. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; ou
- f. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz; ou
- g. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Obs: Sendo uma das opções a cima.

Habilitação fiscal, social e trabalhista:

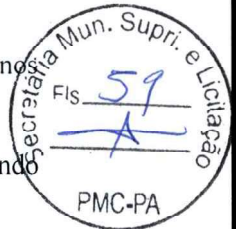
- a. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso, atualizada no ano de 2025;
- b. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**
- d. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e. **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f. **Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre**



SUPRI



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL



e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

g. Declaração que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

h. Prova de regularidade com a **Fazenda Federal, Estadual/Distrital e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Obs.: Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7. EXCLUSIVIDADE PARA ME E EPP LOCAIS

Em conformidade com o disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, combinado com o art. 4º, §1º, da Lei nº 14.133/2021, e considerando que o valor estimado da presente contratação não ultrapassa o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o processo será exclusivo para a participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) locais, devidamente constituídas e que comprovem sede ou filial no Município de Castanhal/PA, conforme informações constantes no CNPJ e na documentação fiscal apresentada na fase de habilitação.

8. DA VIGÊNCIA

O contrato terá vigência de 60 (sessenta) dias, contados a partir de sua assinatura, prazo suficiente para a realização dos trâmites do Pregão Eletrônico o qual inclui aquisição de água mineral.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em atendimento ao disposto no Art. 150 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, estamos informando dotação orçamentária para que ocorra à Dispensa de Licitação – Contratação Direita sob Processo Administrativo nº 0711002/25025/SUPRI, para contratação de empresa especializada, na Aquisição de Material para Apicultura, destinado a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento e Agrário, conforme abaixo:

Exercício Financeiro: 2025

0909 – Secretaria Municipal de Agricultura

Classificação Econômica: 20.608.0028.2.116 – Gestão da Secretaria Municipal de Agricultura

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de consumo

Subelemento de Despesa: 3.3.90.30.28 – Material de proteção e segurança

Fonte de Recursos: 15000000 – Recursos não vinculados de Impostos.

10. LIQUIDACÃO

10.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

- 10.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021
- 10.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a. o prazo de validade;
 - b. a data da emissão;
 - c. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d. o período respectivo de execução do contrato;
 - e. o valor a pagar; e
 - f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 10.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 10.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

11. PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

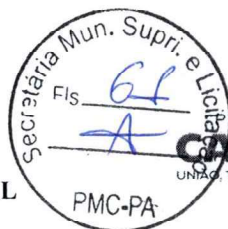
12. FORMA DE PAGAMENTO

- 12.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 12.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 12.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 12.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

SUPRI



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL



REFEITURA DE
CASTANHAL
UNIDADE, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

12.6. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal ou fatura deverá estar acompanhada das certidões de comprovação da regularidade fiscal para com a Fazenda Federal, Municipal, Estadual, CNDT

12.7. O SETOR FINANCEIRO / Secretaria de Educação de Castanhal/PA terá o direito de descontar, das faturas, quaisquer débitos da CONTRATADA, em consequência de penalidades aplicadas.

13. CLÁUSULAS OPERACIONAIS DO FORNECIMENTO

as cláusulas operacionais do fornecimento assumem papel fundamental para assegurar a entrega adequada dos materiais e a rastreabilidade do processo, destacando-se:

- **Local e horário de entrega:** Os itens deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Agrário de Castanhal, durante o expediente regular dos dias úteis (08h às 14h), garantindo logística adequada e conferência imediata dos produtos.
- **Prazo de entrega:** O fornecimento deverá ocorrer em até **5 (cinco) dias corridos**, assegurando agilidade na distribuição dos materiais aos apicultores beneficiados. Eventuais atrasos deverão ser comunicados formalmente à Administração, com justificativa válida.
- **Substituição:** Produtos entregues em desconformidade com as especificações, com defeitos de fabricação ou inadequados ao uso deverão ser substituídos pelo fornecedor no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, sem qualquer ônus adicional ao Município.
- **Condições de transporte e acondicionamento:** O fornecedor será responsável pelo transporte, manuseio e entrega dos conjuntos apícolas e fumigadores, devendo assegurar que cheguem em perfeitas condições de uso, sem avarias, amassados, rasgos ou desgaste.
- **Conformidade técnica:** Os materiais deverão atender às normas e parâmetros mínimos de qualidade aplicáveis a equipamentos de proteção para manejo apícola e ferramentas metálicas de apicultura, garantindo segurança ao usuário e durabilidade do produto.
- **Responsabilidade do fornecedor:** A integridade dos itens será de responsabilidade exclusiva do fornecedor até o efetivo recebimento pela Administração, incluindo riscos de transporte, danos, perdas ou extravios.

A definição desses requisitos é essencial para que a dispensa de licitação ocorra de forma segura, transparente e eficaz, garantindo a entrega de materiais adequados ao manejo apícola, evitando riscos operacionais e promovendo a correta aplicação dos recursos públicos.

14. DA DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

14.1. A empresa selecionada como fornecedora deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, Declaração de Ciência e Concordância com o Termo de Referência, conforme modelo disponibilizado pela Secretaria Municipal de Suprimentos e Licitação – SUPRI.

14.2. A referida declaração tem por finalidade formalizar a manifestação expressa da contratada de que tomou pleno conhecimento de todas as condições, especificações técnicas,

SUPRI



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL



obrigações e responsabilidades constantes deste Termo de Referência, comprometendo-se ao seu fiel cumprimento, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.3. O não atendimento a esta exigência poderá impedir a formalização do contrato, caracterizando descumprimento de condição essencial à habilitação e à execução do objeto.

15. ANEXOS:

15.1. **ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA COM O TERMO DE REFERÊNCIA**

15.2. **ANEXO II - EXCLUSIVIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE ME E EPP EM LICITAÇÕES DE ITENS DE LICITAÇÃO COM VALOR ESTIMADO DE ATÉ R\$ 80.000,00**

Castanhal/PA, 19 de novembro de 2025.

Elaborado por:

CAMILA BERNADETE NUNES
RIBEIRO:0105649325
9

Assinado de forma digital por
CAMILA BERNADETE NUNES
RIBEIRO:01056493259
Dados: 2025.11.19 07:55:09
+03'00'

Camila Bernadete Nunes Ribeiro

PLANEJAMENTO DE LICITAÇÕES

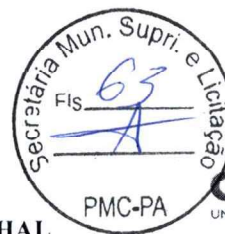
Secretaria Municipal de Suprimentos e Licitações

Matrícula nº 309377-8

SUPRI



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL



PREFEITURA DE
CASTANHAL
UNIÃO, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA COM O TERMO DE REFERÊNCIA

[Papel timbrado da empresa, se houver]

À

Prefeitura Municipal de Castanhal

Secretaria Municipal de Suprimentos e Licitação – SUPRI

Ref.: Declaração de Ciência e Concordância com o Termo de Referência

A empresa [NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], com sede à [endereço completo], neste ato representada por seu(sua) [cargo do representante legal], [nome completo do representante], portador(a) do CPF nº [CPF], DECLARA, para os devidos fins, que:

1. Teve pleno e irrestrito acesso ao Termo de Referência que fundamenta o presente processo licitatório, lendo e compreendendo integralmente todas as suas cláusulas, especificações técnicas, condições, prazos, obrigações e demais disposições nele contidas;
2. Está ciente e de acordo com todas as exigências, condições e responsabilidades estabelecidas no referido Termo de Referência, comprometendo-se a cumpri-las fielmente, caso venha a ser contratada, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas;
3. Reconhece que eventuais omissões ou divergências que venham a ocorrer serão interpretadas de modo a preservar o interesse público e a boa execução contratual, não cabendo alegação de desconhecimento das condições do objeto;
4. Declara, ainda, que analisou detalhadamente as condições técnicas, logísticas e financeiras necessárias à execução do objeto, reconhecendo que os preços e prazos propostos contemplam todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do contrato.

Por ser expressão da verdade e para que produza os efeitos legais, firma a presente declaração.

Castanhal (PA), ____ de _____ de 2025.

[Nome do Representante Legal]

[Cargo]

[Nome da Empresa]

CNPJ: [informar]

Assinatura e carimbo da empresa

ANEXO II**EXCLUSIVIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE ME E EPP EM LICITAÇÕES DE ITENS DE
LICITAÇÃO COM VALOR ESTIMADO DE ATÉ R\$ 80.000,00**

O art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 determina que, nas licitações públicas destinadas à aquisição de bens ou serviços cujos itens, lotes ou grupos tenham valor estimado de até R\$ 80.000,00, a participação pode ser restrita exclusivamente a Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), desde que seja tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a Administração.

“Art. 48. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

I – Para o cumprimento do disposto no caput, a Administração Pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de ME e EPP nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00, desde que haja competitividade e viabilidade.”

Ainda conforme orientação da AGU e do TCU, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- Para contratações com prazo de vigência superior a um ano, deverá ser considerado o valor anual do contrato para fins de aplicação da exclusividade;
- O item, lote ou grupo destinado à licitação exclusiva deve representar um objeto autônomo, que possa ser adjudicado a um único licitante;
- A decisão de parcelar a contratação deve ser pautada em viabilidade técnica e vantajosidade econômica para a Administração, não se justificando apenas com o objetivo de favorecer ME e EPP.

No caso previsto, com valor estimado da contratação está dentro do limite legal de R\$ 80.000,00.

Dessa forma:

- Trata-se de item autônomo, com quantidade, modelo e características técnicas próprias;
- Há expectativa de participação de fornecedores locais ou regionais de pequeno porte, o que garante competitividade.

Por esses motivos, a destinação exclusiva, encontra respaldo legal, técnico e econômico, em observância aos princípios da eficiência, isonomia e da promoção do desenvolvimento nacional sustentável, nos termos do art. 3º da Lei nº 14.133/2021.

Portanto, a exclusividade de participação de ME e EPP para itens com valor estimado de até R\$ 80.000,00 não configura uma faculdade discricionária da Administração, mas sim uma obrigação legal, desde que atendidos os requisitos de viabilidade técnica, competitividade e autonomia do objeto. Tal prática fortalece a política pública de estímulo às micro e pequenas empresas, contribuindo para o desenvolvimento econômico local e regional, além de representar o uso estratégico do poder de compra do Estado, em conformidade com os princípios constitucionais da Administração Pública